

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 49, DE 24 DE AGOSTO DE 2022 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Governança Pública com Ênfase em Liderança e Controle, Câmpus de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 24 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Governança Pública com Ênfase em Liderança e Controle, Câmpus de Palmas, conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.005288/2022-90.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GOVERNANÇA PÚBLICA COM ÊNFASE EM LIDERANÇA
E CONTROLE, CÂMPUS DE PALMAS.**

Anexo da Resolução nº 49/2022 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 24 de agosto de 2022.

Palmas/TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 49/2022 - CONSEPE

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESQ

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GOVERNANÇA PÚBLICA COM
ÊNFASE EM LIDERANÇA E CONTROLE**

Coordenadora: Profa. Ana Lúcia de Medeiros

Palmas, Agosto de 2022

1. Identificação do Curso

1.1. Nome do Curso

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU em Governança Pública com ênfase em liderança e controle

1.2. Unidade Acadêmica

Campus Universitário de Palmas

1.3. Grande Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

1.4. Unidade Responsável

Observatório de Governança e desenvolvimento regional/Programa de mestrado e de doutorado em desenvolvimento regional - UFT

1.5. Coordenadora do Curso

Ana Lúcia de Medeiros – analucia@uft.edu.br

Professora Associada II, 40 horas em regime de dedicação exclusiva da Universidade Federal do Tocantins, colegiado do Curso de Ciências Econômicas, matrícula SIAPE nº 1337121 Telefones: (63) 98124 7250; e-mail: analucia@uft.edu.br. Doutora em administração de empresas pela Universidade Mackenzie (2013). Mestre em Economia do Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba (2000). Graduada em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1997). Professora do Programa de mestrado e doutorado em desenvolvimento regional da UFT e Coordenadora do observatório de governança pública e desenvolvimento regional.

Competências da coordenadora:

- ✓ Coordenar as ações pedagógicas;
- ✓ Elaborar e acompanhar o Plano de Curso;
- ✓ Acompanhar o trabalho docente no que tange ao cumprimento do plano de pesquisa e da orientação da produção técnica especializada.

1.6 Vice Coordenador do Curso

Claudomiro Moura Gomes André, SIAPE n.1412740. Professor efetivo da UFT, doutor, graduado em Agronomia pela UFC (1996). Leciona a disciplina de Estatística no Curso de Economia e no curso de Ciências da Computação da UFT. É responsável técnico pela área de dados e informação do Observatório de governança e desenvolvimento regional.

O vice-coordenador do curso tem como atribuições:

- Organizar o processo seletivo juntamente com a secretária do curso.
- Acompanhar a frequência dos alunos;
- Conferir os diplomas;
- Fazer relatórios e informar a coordenadora sobre a assiduidade do aluno ao material postado no AVA;

- Organizar juntamente com a coordenadora, o evento de boas práticas e a publicação do e-book com as boas práticas de governança pública que serão orientadas aos órgãos que demandarem o curso.

1.7 – Secretária

Hayala Danielle da Silva Mesquita, SIAPE n. 1164007. Graduada em Gestão Pública, IFTO/TO e mestranda no programa de pós-graduação de mestrado e doutorado em desenvolvimento regional. Atualmente é Técnica Administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins e tem experiência em Administração, com ênfase em gestão pública.

Competências da Secretaria:

A secretária do curso é a responsável por todas as questões administrativas, cuidando dos documentos, relatórios junto à UFT e FAPTO, atendimento aos alunos e professores, e, por fim, encaminha os relatórios finais e solicita a emissão de certificado.

1.8 - Apoio logístico e informática

Werley Teixeira Reinaldo, SIAPE n. 2983584 é técnico administrativo e ocupa a função de analista de desenvolvimento, mestre em administração pública pelo programa de mestrado profissional em rede em Administração Pública - PROFIAP - (2021), graduado em Ciências da Informação pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). O servidor será responsável pela manutenção da base de dados – repositório de dados do observatório de governança e desenvolvimento regional.

Competências do apoio logístico e informática

O apoio logístico e de informática tem como atribuição dar assistência aos alunos e professores em assuntos relacionados ao ambiente virtual – Moodle -, e manter o repositório do curso de especialização atualizado. Caberá a ele prestar assessoria aos docentes e discentes quanto ao uso da plataforma Moodle.

2. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral:

Promover a capacitação dos técnicos administrativos, em governança pública, que atuam na gestão pública e que estejam envolvidos nas áreas estratégica, tática e operacional dos órgãos públicos.

Objetivos específicos:

- a) Capacitar profissionais para administração pública federal, estadual ou municipal, na perspectiva da governança pública com ênfase nos instrumentos da liderança e do controle.
- b) Possibilitar aos profissionais, conhecimento multidisciplinar, de forma que ao final do curso, tenham conhecimento teórico e prático a respeito da governança pública.
- c) Desenvolver produtos técnicos que contribuam para a inovação da gestão pública e para elevar a qualidade dos serviços e produtos que serão entregues à sociedade.
- d) Compreender e aplicar as práticas de gestão de riscos, transparência e controle social;
- e) Compreender o papel do desenvolvimento de capacidades estatais e respectivos desafios no cenário contemporâneo;
- f) Disponibilizar base de dados (repositório de dados) referentes a: indicadores de desenvolvimento municipal – dados de saúde, educação e emprego e renda, indicadores de

gestão fiscal dos municípios, população municipal estimada, PIB municipal agregado e desagregado e outros dados usados pelos órgãos demandantes.

2.1 Necessidades/Justificativa Social e Institucional para instalação do curso, importância e perspectivas acadêmico-científicas.

O Estado tem as funções de alocar recursos, distribuir renda, regular e estabilizar a economia. Na medida em que a sociedade torna-se mais complexa e mediante as crises econômicas que se instalam, por questões endógenas ou exógenas ao sistema, aparecem os grandes desafios que são colocados para os gestores públicos.

A complexidade dos problemas públicos requer a formação continuada de profissionais para o aprimoramento da gestão e do acompanhamento das políticas públicas e da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade. Os modelos de gestão pública, especialmente os mais contemporâneos, dentre eles, a nova administração pública (NAP), embora bem delineado e fundamentado teoricamente, não consegue gerar *outputs* com alto valor agregado para a sociedade, e, dentre as diversas causas apontadas pela literatura, merece atenção os conflitos de agência, a baixa formação dos servidores públicos em áreas estratégicas da gestão, a ausência de controles internos, a ausência de instrumentos que possam se encarregar de monitorar a gestão pública.

O Brasil é uma federação e a execução das políticas públicas são descentralizadas, a exemplo da educação básica e da saúde. Outras são desenhadas e financiadas pelos ministérios e autarquias, mas, a implantação é descentralizada, ou seja, é realizada pelos municípios e por outros órgãos vinculados à administração direta e indireta do governo. De qualquer forma, tanto no âmbito de gestões centralizadas ou descentralizadas há que se ter implantadas boas práticas de gestão e de governança e que estejam sobre as bases dos instrumentos da governança pública: liderança, estratégia e controle.

Com o propósito de capacitar os servidores públicos que atuam na gestão pública do Tocantins para que possam entregar serviços e produtos reconhecidos socialmente, a UFT oferece o curso de especialização em Governança Pública com foco na liderança e no controle. Ele tem como objetivo capacitar profissionais para atuar na área de liderança e controle, com vistas a melhorar a gestão, tanto pelo uso de boas práticas gerenciais como de governança pública. As boas práticas correspondem a implantação de um modelo de gestão orientado pela liderança dos agentes públicos, pela melhoria do controle interno, pela maior participação dos agentes públicos na tomada de decisão, pela maior transparência das ações dos agentes públicos e pela mitigação dos riscos envolvidos tanto no campo operacional quanto no estratégico.

3. METODOLOGIA

O objetivo do curso de especialização em governança pública com ênfase em liderança e controle é desenvolver conhecimentos e competências no campo da governança pública, com ênfase na liderança e controle. Nesse sentido, a proposta pedagógica do curso tem como objetivo aprimorar as competências dos agentes públicos por meio da oferta de onze módulos distribuídos em eixos mais o trabalho de conclusão de curso chamado *de produção técnica*. Os módulos estão organizados de tal forma, que no decorrer do curso, os alunos poderão se apropriar dos diferentes conceitos de gestão e de governança pública, de modo que, ao final, eles sejam capazes de identificar possíveis problemas nas práticas gerenciais de onde atuam, e poderão desenvolver soluções inovadoras e orientadas pela pesquisa científica com vistas a melhorá-las.

A metodologia de ensino a ser usada será àquela que está dentro do escopo das metodologias ativas, como por exemplo, sala de aula invertida e problematização. São muitas as técnicas para que se tenham bons resultados no campo da aprendizagem a partir deste percurso metodológico, especialmente quando se utiliza o ensino híbrido.

O curso de pós-graduação *lato sensu* em governança pública com ênfase em liderança e controle será oferecido no formato híbrido, onde se prevê pelo menos um encontro presencial por módulo. Os demais encontros serão online, com 60% de aulas síncronas e 40% assíncronas por meio do *google meet* e do ambiente virtual de aprendizagem *moodle*, respectivamente. As aulas assíncronas serão reservadas para que os alunos possam ter tempo para trabalhar em grupo e aplicar os conceitos aprendidos em situações práticas do trabalho, considerando o escopo de cada disciplina.

Por se tratar de um curso cujo foco é melhorar as competências dos agentes públicos em governança pública, o trabalho de conclusão de curso terá o formato de um caso problema com uma produção técnica por dupla e isso exigirá do aluno algumas competências, dentre elas: capacidade de identificar os problemas na organização no campo da governança pública e de resolvê-los com proatividade e inovação. Entende-se que os procedimentos metodológicos adotados pelos professores e já sintetizados no texto, servirão de base para que ao final do curso, o aluno esteja devidamente preparado para desenvolver um produto que será implantado no setor onde trabalha. Os produtos desenvolvidos serão elaborados dentro das normas da ABNT e serão publicados em um e-book ao final do curso. O e-book, será o meio usado para a divulgação científica deste curso de especialização e servirá como produto a ser entregue aos órgãos que desejarem oferecê-lo, como meio de qualificação dos seus servidores.

No eixo residência técnica, será oferecida uma disciplina onde o professor poderá acompanhar e orientar os alunos no dia a dia, enquanto eles estiverem desenvolvendo os seus trabalhos na área específica demandada pelo órgão. Se o órgão for, por exemplo, vinculado à saúde, e, se demandarem algo específico do grande tema, será criada uma disciplina com um plano de trabalho específico para atender a demanda. A disciplina que será oferecida como residência técnica, quando demandada, será substituída por outra de qualquer eixo, exceto metodologia científica, de modo, que o curso oferecerá sempre 11 disciplinas no formato de 11 módulos.

Professores orientadores e integrantes do Projeto, titulação, Instituição de referência, eixos, módulos de pesquisa, Carga horária:

Eixos	Módulos de pesquisa	Nome	Titulação	CH	Inst.
Gestão e Governança pública	Organização, sistema e métodos aplicados à gestão pública.	Prof. Kleber Abreu Sousa	Doutor	30h	UFT
	Governança Pública	Prof. Ana Lúcia de Medeiros	Doutora	30h	UFT
	Finanças Governamentais	Prof. Ramon Gomes Queiroz	Mestre	30h	UFT
	Implementação e avaliação de políticas públicas	Prof. Marcleiton Ribeiro Morais	Doutor	30h	UFT
	Capacidades estatais e dinâmicas locais	Prof. Lia Almeida de Azevedo	Doutora	30h	UFT
Liderança e Controle	Liderança na gestão pública	Prof. Andre Pugliese da Silva	Mestre	30h	UFT

	Governança e sustentabilidade	Prof. Marli Terezinha Vieira	Doutora	30h	UFT
	Accountability, transparência e controle social.	Prof. Airton Cardoso Cançado	Doutor	30h	UFT
	Gestão de Compliance	Prof. Buenã Porto Salgado	Mestre	30h	TCE
	Gestão de Riscos	Prof. Dilson Pereira Junior	Mestre	30h	UFT
Residência técnica	Será oferecida uma disciplina por meio de demanda específica do órgão demandante.	Será convidado (a) de acordo com o demandante do curso.	Mestre ou doutor	30h	UFT
Conclusão do projeto	Metodologia científica	Prof. Aline de Oliveira Nasche	Doutora	30h	UFT
	Conclusão da produção científica e técnica	Professores orientadores		60h	
Total	11 módulos	11 professores		390h	

4 - FORMA ADOTADA PARA SELEÇÃO

Esse curso será ofertado no sistema *in-company* quando for demandado por organizações públicas. Nesse sentido, ele está desenhado para atender uma turma com 50 alunos e o processo seletivo será feito pelo órgão que desejar adquiri-lo, cabendo à secretaria do curso realizar, com base na indicação dos nomes pelo órgão demandante, apenas as matrículas, e acompanhar todo o processo até a entrega do trabalho de conclusão de curso e diplomação.

5 - MATRÍCULA E ESTRUTURA FÍSICA

O período de matrícula será iniciado após a assinatura do convênio e tão logo receba os nomes selecionados pelo órgão contratante. O curso de especialização está vinculado ao **Observatório de governança pública e desenvolvimento regional/Programa de mestrado e doutorado em desenvolvimento regional** que está situado no prédio do programa de mestrado e de doutorado em desenvolvimento regional no Campus de Palmas. Nesse sentido, a secretaria do curso se encontra neste endereço. O e-mail institucional será criado após a aprovação do curso pelo CONSEPE.

a) Estrutura Física e Virtual

Para dar suporte às diversas atividades acadêmicas propostas pelos professores do curso será disponibilizado um espaço de auditório com acesso a banheiro e copa no prédio do programa de mestrado e de doutorado em desenvolvimento regional para as atividades

presenciais e um ambiente virtual – *Moodle* UFT – associada ao uso do *google meet*. Estes espaços serão usados para as atividades síncronas e assíncronas do curso. Esta estrutura virtual terá a função de ser um espaço aglutinador do debate, bem como propiciar a troca de informações e conhecimentos. Também serão disponibilizadas ferramentas administrativas para o acompanhamento, por parte dos alunos, de questões do seu interesse (frequências, notas, horários e local das aulas).

6 – PAGAMENTO DO CURSO

Não será cobrada taxa de matrícula e nem mensalidade dos inscritos, uma vez que este curso será oferecido no sistema *in company* (turma fechada para 50 alunos) para órgãos públicos. Os dados financeiros serão apresentados ao Consuni na medida em que ele for demandando.

7 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

a) Dos alunos

A avaliação das respectivas disciplinas será feita de acordo com a metodologia desenvolvida pelo docente, respeitando a seguinte estrutura:

- 1) Apuração da frequência às aulas ou atividades previstas;
- 2) Apuração da média final das disciplinas, mediante provas, exames e/ou trabalhos,
- 3) Apresentação de produção técnica (trabalho técnico) de conclusão de curso, onde serão publicados em um e-book com o seguinte título: Boas práticas de gestão e de governança pública aplicada ao órgão contratante.

b) Do aproveitamento

A média de aprovação em cada disciplina é 7,0 (sete);

Será reprovado o aluno que ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento) de falta em uma disciplina e/ou de uma atividade desenvolvida pelo docente, sendo esta avaliativa.

OBS.: Caso o/a discente não atinja a frequência mínima ou o aproveitamento mínimo exigido em uma disciplina, poderá seguir com as demais disciplinas e receberá declaração de término da disciplina, desde que aprovado e, será juntada a ementa com a respectiva carga horária. A avaliação e o trabalho de conclusão de curso (artigo ou produto técnico) será feita pelo orientador, podendo o mesmo ser do curso e/ou convidado, desde que tenha, no mínimo, o título de mestre.

c) Das disciplinas e do Curso

A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo uma relação dos alunos matriculados. Cada professor será o responsável para controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até cinco dias após o encerramento das aulas.

Os critérios para aprovação dos alunos serão os adiante elencados:

I. Haver cursado no mínimo 360 horas;

II. Obter frequência mínima de 75% em cada disciplina;

III. Obter média igual ou superior a “B”, em cada disciplina;

IV. Obter aprovação do artigo com conceito não inferior a “B”.

V. A confecção e entrega de certificados dar-se-á da maneira seguinte:

a) deverão ser registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da UFT mencionando o título do curso e ser acompanhados do respectivo histórico da pós-graduação.

CONCEITO	Aproveitamento	Nota final entre	Avaliação
A	Excelente	9,0 a 10	Com direito a crédito
B	Bom	7,0 a 8,9	Com direito a crédito
C	Regular	5,0 a 6,9	sem direito a crédito
D	Deficiente	3,0 a 4,9	sem direito a crédito
I	Insuficiente	0,0 a 2,9	sem direito a crédito

d) do trabalho de conclusão de curso

Como trabalho de conclusão, será uma produção técnica feita em dupla e orientada para a melhoria das rotinas e da governança pública do setor onde trabalha. A realização do trabalho será realizada sob a orientação de um professor da área, vinculado ao curso de especialização em governança pública com ênfase em liderança e controle. O trabalho de conclusão de curso deverá ser apresentado de forma escrita e entregue à coordenação por e-mail. Os trabalhos serão apresentados em um seminário de encerramento do curso. A produção técnica deverá alcançar a média 7,0 (sete) para aprovação. Caso a nota fique entre 5,0 e 6,9, o aluno terá 30 dias para corrigir os erros indicados pelo orientador/examinador. Caso a nota seja menor que 5,0 (cinco), o aluno reprovado deverá matricular-se novamente na disciplina de Metodologia da Pesquisa.

e) Emissão de certificados

Os certificados do curso serão expedidos pela PROPESQ/UFT e será outorgado pela Universidade Federal do Tocantins certificado de “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Governança pública com ênfase em liderança e controle Nível Especialização” aos participantes que atenderem todos os critérios de aprovação estabelecidos: CNE/CES n.º 01, de 03/04/2001; Resolução da Reitoria n.º 10 de 14/03/2018 e, Resolução (criação do curso).

f) Indicadores de avaliação do curso

Os indicadores fixados para a avaliação global do curso de especialização em governança pública com ênfase em liderança e controle são:

- a) Média do desempenho dos alunos
- b) Satisfação dos alunos medida pela ficha de avaliação aplicada ao final de cada módulo, em que se avaliam os objetivos da disciplina, os conteúdos, a metodologia adotada na disciplina, o desempenho do professor, os equipamentos e instalações e coordenação;
- c) Taxa de evasão;
- d) Titulação dos Professores e produção técnica dos alunos;

8 - CRONOGRAMA DE FUNCIONAMENTO

O cronograma de funcionamento estará em consonância com o plano de trabalho e com o termo de convênio assinado com o órgão contratante.

a) Período de Realização

O início do curso estará condicionado à data da assinatura do termo aditivo que será firmado entre a UFT/FAPTO/CONTRATANTE.

b) Duração do curso e tipo de ensino

O curso terá uma duração de 14 meses a contar do período da matrícula até a certificação e será ofertado de forma híbrida, com pelo menos um encontro presencial por módulo e o restante dele por meio de atividades síncronas e assíncronas.

c) Tipo do curso e carga horária

(X) Especialização (Resolução CNE/MEC n.º 1, de 08 de junho de 2007) e Resolução CONSEPE 10/2018

() Aperfeiçoamento

A carga horária total do curso de especialização em Governança Pública com ênfase em liderança e controle será de 390 horas, sendo que cada módulo terá uma carga horária de 30 horas-aula ofertada em formato híbrido, com pelo menos um encontro presencial e os demais pelas plataformas virtuais – *moodle e google meet*. O trabalho de conclusão de curso (trabalho técnico) mais a apresentação no seminário de encerramento do curso, possuem carga horária de 60 horas-aula porque será construído ao longo do curso na medida em que os alunos cursarem os módulos específicos.

d) Modalidade do Curso e oferta

(x) Modular

() Regular

() Permanente

Cada disciplina será ministrada em módulo (30 horas) e a oferta deverá constar de forma explícita no plano de aula do professor. As atividades online e presenciais acontecerão, preferencialmente, nos finais de semana. Porém, como o curso será ofertado de forma híbrida e por meio de plataformas virtuais com atividades síncronas e assíncronas, entende-se que é possível flexibilizar os dias da oferta considerando as especificidades de cada módulo e a disponibilidade da turma e dos docentes.

e) Número de Vagas

50 vagas mais 5 vagas que serão destinadas para os servidores da UFT (Resolução 10/2018, art. 30)

9 - PÚBLICO-ALVO

Portador de diploma de nível superior com formação nas mais diversas áreas do conhecimento e que atuem nos níveis estratégico, tático e operacional no órgão contratante.

10 - DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE

a) Quantidade de docentes, titulação e lotação.

Total de docentes no curso – 11

8 doutores e 3 mestres com comprovada experiência na área de finanças governamentais e gestão de risco.

9 docentes lotados nos colegiados da UFT, 1 técnico administrativo da UFT, mestre pela UFT e com comprovada experiência em gestão de risco e 1 docente externo lotado no Tribunal de Contas da União com comprovada experiência em gestão de *compliance*.

11 - CURRÍCULO LATTES DO CORPO DOCENTE

Nome	Link do lattes
Airton Cardoso Cançado	http://buscatextual.cnpq.br/K4776729U8&
Aline de Oliveira Nasche	http://lattes.cnpq.br/9684157794736451
Ana Lúcia de Medeiros	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4767710U3
Andre Pugliese da Silva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4260576Y8
Buenã Porto Salgado	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4482498P3&
Dilson Pereira dos Santos Junior	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4594024Y5
Kleber Abreu de Souza	http://buscatextual.cnpq.br/K4262773A7&
Lia de Azevedo Almeida	http://buscatextual.cnpq.br/4446196P
Marcleiton Ribeiro Moraes	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4744507Z8&
Marli Terezinha Vieira	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4744328E3&
Ramon Gomes Queiroz	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/K4201470D6

12 - EMENTA DAS DISCIPLINAS

Governança Pública

Profa. Ana Lúcia de Medeiros

Ementa: Noções introdutórias: conceito. Evolução aplicada da governança no setor público. Abordagem dos princípios de governança pública. A governança pública nos órgãos e entidades da Administração Pública. Princípios de governança pública: participação por consenso. Visão estratégica. Responsividade. Efetividade e eficiência. Governança e profissionalização dos gestores públicos. Exemplos e/ ou experiência de órgãos e instituições públicas.

Bibliografia básica:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo estrutural de governança pública. Revista eletrônica sobre a reforma do Estado, Salvador, n. 10, p. 2-19, 2007.
SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. Revista de Administração Pública, v. 53, p. 732-752, 2019.
SILVESTRE, Hugo Consciência. A (Nova) governança pública. Repositório Enap. 2019.
TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. 2019.

Metodologia da Pesquisa Científica

Profa. Aline de Oliveira Nasche

Ementa: Tipologia da pesquisa. Fases do planejamento de pesquisa: formulação do problema, delineamento de pesquisa, objetivo, desenho, escopo, ambiente e abordagem de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação de dados. Diretrizes e normas para apresentação dos trabalhos acadêmicos. Método para elaboração de caso problema.

Bibliografia básica:

COLTRO, Alex & COLTRO, Deborah F.P. Atividades acadêmicas e científicas: técnicas e estruturas facilitadoras. Campinas, S.P. Conhecimento & Sabedoria, 2009. 55 pp.

COSTA, Marco A.F. & COSTA, Maria F.B. Metodologia da Pesquisa. Conceitos e técnicas. Rio de Janeiro, Interciência, 2001.

ARTINS, Gilberto A. & LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de Monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo, FEA, 1999.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia. São Paulo, Saraiva, 2002.

SALOMON, Dêlcio V. Como fazer uma monografia. Elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte, Interlivros, 2002.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez, 2007.

Sistemas e arranjos organizacionais

Prof. Kleber Abreu de Souza

Ementa: Organização e mudança. Desenho organizacional. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Centralização e descentralização. Alinhamento de estruturas, sistemas e processos organizacionais. Tendências atuais em desenhos e arranjos organizacionais. Estudos de casos aplicados.

Bibliografia básica:

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos e Processos**: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2007. 2 v.

Finanças Governamentais

Prof. Msc. Ramon Gomes Queiroz

Ementa: Funções e Intervenção do Governo na Economia. Abrangência e Definição de Finanças Públicas. Função do Planejamento para Execução das Finanças Públicas. Peças Orçamentárias, Receitas e Despesas Públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Déficit Público. Processo de Prestação de Contas dos Recursos Públicos.

Bibliografia básica:

ABRUCIO, F.L. LOUREIRO, M.R. In: AVARTE, P. BIDERMAN, C.(Org.) **Economia do Setor Público no Brasil**, Rio de Janeiro: Elsevier, p. 75-102, 2004.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública** / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento Orçamentário**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Implementação e avaliação de políticas públicas

Prof. Dr. Marcleiton Ribeiro Moraes

Ementa: Métodos de avaliação de impacto, principalmente aleatorização; desenho e execução de avaliação de impacto; amostragem e mínimo efeito detectável; fonte de dados; gerenciamento de avaliação de impacto e política baseada em evidência.

Bibliografia básica:

Bernal, R., & Peña, X. **Guía Práctica para la Evaluación de Impacto**. Santiago: Ediciones UC. 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social. Cadernos de Estudo No 28. Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, DF, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

Peixoto, Betânia and Pinto, Cristine Campos de Xavier and Lima, Lycia and FOGUEL, Miguel Nathan and Barros, RP de and MENEZES FILHO, Naercio. Avaliação econômica de projetos sociais. Fundação Itaú Social. 2012.

Capacidades estatais e dinâmicas locais

Profa. Dra. Lia de Azevedo Almeida

Ementa: Estado, Burocracia e participação. Burocratas e a implementação de políticas públicas. Atores, governança e arranjos institucionais. Capacidades estatais. Capacidades individuais, organizacionais e sistêmicas. Capacidades técnico-administrativas. Capacidades político-relacionais. Capacidades em governos locais.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, L. de A.; SILVA, L. B. da; SILVA, L. F. da S. A mobilização de capacidades político-relacionais por governos estaduais: uma análise da formulação do plano estadual de resíduos sólidos do Tocantins. Revista Observatório, v. 6, n. 4, p. a16pt, 1jul. 2020.

CAVALCANTE et al. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: Pires et al (Orgs.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Ipea: Enap, 2018.P.59-83.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública. v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001b.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. Ipea, 2014.

GOMIDE, Alexandre de A.; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. Sociedade e Cultura, v. 20, n. 1, 2017.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012. P.20-49

Liderança na gestão pública

Prof. André Pugliese da Silva

Ementa: Liderança, motivação e engajamento no serviço público. Atração e retenção de talentos. Desenvolvimento de pessoas, avaliação do desempenho e promoção. Remuneração, reconhecimento e recompensas. Formação e desenvolvimento de equipes de alta performance.

Bibliografia básica:

Governança e sustentabilidade

Profa. Dra. Marli Terezinha Vieira

Ementa: A disciplina visa apresentar ao discente Indicadores de governança pública e responsabilidade social, necessária para a compreensão de estratégias para o desenvolvimento de produtos e ou processos inovadores, sustentáveis e de impacto social.

Bibliografia básica:

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2009. 584p.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores del desarrollo mundial**. 2014. Disponível em: <<http://databank.bancomundial.org/data/source/world-development-indicators>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BOWEN, H. **Social responsibility of a businessman**. Traduzido por Editora Civilização Brasileira S.A. New York: Harper & Row, 1957.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS, 8., 2011. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://vision.ime.usp.br/~acmt/conforto.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021

Accountability, transparência e controle social.

Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado

Ementa: Transparência na Gestão Pública. Lei de Acesso à Informação. E-government. Instâncias de decisão Coletiva. Accountability. Controle social. Gestão Social.

Bibliografia básica:

CANÇADO; A. C.; PEREIRA; J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão social: epistemologia de um paradigma. 2 Ed. Curitiba: CRV, 2015.

SECCHI; L; COELHO; F. S.; PIRES; WALDEMIR. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões De Concursos. 3 Ed. Cenage Learning, 2019.

TENÓRIO, F. G.; KRONENBERGER; T. S. (orgs.) Gestão social e conselhos gestores. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

Gestão de Compliance

Prof. Dr. Buenã Porto Salgado

Ementa: Definição e apresentação de alguns pilares do compliance – suporte da alta administração, código de conduta, controles internos, treinamento e comunicação.

Bibliografia básica:

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2009. 584p.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores del desarrollo mundial**. 2014. Disponível em: <<http://databank.bancomundial.org/data/source/world-development-indicators>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BOWEN, H. **Social responsibility of a businessman**. Traduzido por Editora Civilização Brasileira S.A. New York: Harper & Row, 1957.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS, 8., 2011. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://vision.ime.usp.br/~acmt/conforto.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021

Gestão de riscos na administração pública

Prof. Msc.Dilson Pereira dos Santos Júnior

Ementa: De caráter teórico-prático, esta disciplina pretende apresentar, ambientar, e capacitar nas ferramentas aplicadas para a gestão de riscos inerentes às atividades desenvolvidas nas instituições públicas, para que os egressos possam aplicar e contextualizar a gestão de riscos como ferramenta de governança pública, bem como utilizar de seus instrumentos para estabelecer contextos, identificar riscos e avaliá-los, propor tratamento e manejar os conhecimentos e técnicas necessários para o manejo e instalação de políticas de gestão de risco na gestão pública.

Bibliografia básica:

- ABNT. (2018). ABNT NBR ISO 31000 - Gestão de riscos — Diretrizes (2ª ed.). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Brasil. CGU. (2017). Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno. Acesso em 25 de Agosto de 2021, disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/lai/auditoria/ciset/manuais-normativos-e-pop/manu>
- CASTRO, C. J., & Silva, G. V. (2016). Boas práticas de governança aplicadas ao setor público: Uma análise na prestação de contas de cinco universidades públicas federais. *Revista Espacios*, 38. Acesso em 21 de Julho de 2021, disponível em <https://www.revistaespacios.com/a17v38n17/17381726.html>
- COSO. (2004). Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada. Brasil: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Acesso em 20 de março de 2020, disponível em <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>
- DE ARAUJO, M., de Oliveira, P., Mazieri, M., & Garcez, M. P. (2019). FRAMEWORK PARA AUDITORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS EM TEMPO DE EXECUÇÃO. IPTEC – Revista Inovação, Projetos e Tecnologias, v. 1, pp. 1-15. doi:<https://doi.org/10.5585/iptec.v7i1.138>
- DE FREITAS, V., & Fontes Filho, J. (Dezembro de 2018). A FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE BANCOS NO BRASIL: AGENTE DE CONTROLE OU INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL? *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 29, pp. 73-101. Acesso em 22 de Julho de 2021, disponível em <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4245>

Ana Lúcia de Medeiros
Coordenadora do Projeto